

ENSINO DE SOCIOLOGIA E LITERACIA DIGITAL: UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO DOS IMPACTOS DA CULTURA DIGITAL NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

MARCEL SPROESSER MATHIAS

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.
E-mail: marcel.sproesser@uel.br.

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir como o ensino de Sociologia deve lidar com os impactos da cultura digital na atualidade, compreendendo que hoje a tecnologia é parte estruturante da realidade e das relações sociais (SANTAELLA, 2010). Problematicando principalmente uma necessidade de se desenvolver a literacia digital (HOBBS, 2010) dos alunos, com o intuito de aperfeiçoar as suas habilidades de analisar e sintetizar as informações com as quais entram em contato, de maneira a poder construir sua própria análise crítica sobre o conteúdo (MEIRINHOS, 2015). Portanto, o que será desenvolvido neste artigo, é um debate teórico que aborde as questões já explicitadas, e que irá propor o uso da Pedagogia Histórico-Crítica como uma ferramenta para atingir esse ensino que possibilite uma análise crítica do real, tomando como pressuposto de que essa metodologia de ensino “parte da realidade empírica (baseada na experiência, no real aparente, o objeto como se apresenta à primeira vista), e por meios de abstrações (reflexões, teorias elaboração do pensamento), chega ao concreto pensado” (GASPARIN; PETENUCCI, 2009, p. 5). Assim, promovendo um diálogo entre autores que discutem a literacia digital (FRAU-MEIGS, 2012, 2013; FRAU-MEIGS et al, 2019; HOBBS, 2010; MARTENS; HOBBS, 2015), autores da pedagogia histórico-crítica (GASPARIN; PETENUCCI, 2009; SAVIANI, 2011, 2017a, 2017b) e autores que discutem o ensino de Sociologia de maneira geral (BRASIL, 2006; LAHIRE, 2014), e dessa maneira, propondo um meio de lidar com os desafios impostos pela cultura digital e seus impactos, apontando a literacia digital como uma ferramenta para a emancipação humana ao promover a cidadania e o pensamento crítico. Sendo assim, este artigo propõe a promoção da literacia digital no Ensino de Sociologia.

Palavras-Chave: Literacia digital, Cultura digital, Educação, Tecnologia, Ensino de Sociologia.

1. INTRODUÇÃO

Há alguns anos, estudos das áreas da Comunicação, da Sociologia Digital e da Educação vêm ressaltando a urgência de refletir sobre os impactos das tecnologias digitais (ou da cultura digital) nas relações e estruturas sociais, e na própria Sociologia. Segundo Carvalho Junior (2009), o conceito cultura digital é definido como algo que “incorpora perspectivas diversas sobre o impacto das tecnologias digitais e da conexão em rede na sociedade” (Carvalho Junior, 2009, p. 9). De maneira concisa, o conceito cultura digital, neste artigo, se refere às mudanças causadas no tecido social, nas relações sociais, e na nossa possibilidade de estar constantemente tendo acesso à informação, que são proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação, que transcendem as suas funções de meras ferramentas que possibilitam a comunicação, se tornando parte estruturante das relações sociais.

Essas discussões tornam explícita a necessidade de analisar e discutir como esse contexto digital e seus desdobramentos impactaram a educação de maneira geral. Considerando isso, este artigo tem como objetivo abordar essas repercussões do digital na educação, dando um maior enfoque no ensino de Sociologia. Para isso, partiremos da perspectiva de Meirinhos (2015) de que a educação, ao abordar o digital, deve ser focada em um aprendizado para a tecnologia, e não necessariamente com ela, o que significa um ensino que busque desenvolver as habilidades dos alunos de analisar e sintetizar as informações com as quais entram em contato, de maneira a poder construir sua própria análise crítica sobre o conteúdo. Dessa forma, podemos compreender as tecnologias digitais, não apenas como ferramentas, mas como parte estruturante da realidade (SANTAELLA, 2010).

Ao tratar sobre o ensino de Sociologia, de maneira específica, serão abordados alguns preceitos da pedagogia histórico-crítica, que atuarão como um guia teórico, pois, o que se propõe neste artigo é uma educação emancipadora, com base principalmente nos escritos de Gasparin e Petenucci (2009) e de Saviani (2011, 2017a, 2017b). Após ajustar essa “lente” da pedagogia histórico-crítica, o ensino de Sociologia será discutido com base nas proposições de Lahire (2014), que destaca como principal função da Sociologia proporcionar as ferramentas necessárias para que os alunos estejam capacitados a analisar e refletir sobre seus contextos de maneira crítica, e com base na compreensão apresentada pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), que

destaca a formação dos estudantes como cidadãos, como um dos principais objetivos da Sociologia.

Para desenvolver essa reflexão, será construído um diálogo entre autores que propõem a literacia digital, como Frau-Meigs (2012, 2013), Frau-Meigs et al (2019), Hobbs (2010), Martens e Hobbs (2015) e Selwyn (2011), com a discussão sobre emancipação humana promovida por Saviani (2017a, 2017b), sob a lente da pedagogia histórico crítica (GASPARIN; PETENUCCI, 2009; SAVIANI, 2011, 2017a, 2017b), e levando em consideração as interpretações sobre a “função” da Sociologia nas escolas apresentada por Lahire (2014) e pelas orientações curriculares nacionais de 2006 (BRASIL, 2006). É relevante destacar que este estudo parte de uma perspectiva que leva em consideração que a tecnologia não se limita apenas a artefatos e aparatos materiais, e deve ser compreendida como um espaço muito mais amplo, que agrega contextos sociais e situações que são criadas e, ou, possibilitadas por esses artefatos, como é apontado por Selwyn (2011).

2. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Para dar início a essa discussão, é importante levar em consideração a necessidade de uma abordagem crítica em relação à tecnologia, que neste artigo será feita a partir da concepção de Selwyn (2011), de que a tecnologia se divide em três aspectos: os artefatos e aparelhos (a tecnologia em si, o material); as atividades e práticas proporcionadas por essas tecnológicas; e os contextos e arranjos sociais que englobam o uso da tecnologia, incluindo instituições, culturas e estruturas sociais.

Isso posto, faz-se necessário apresentar o que se entende por cultura digital a partir das discussões promovidas por Santaella (2010) sobre a tecnologia de acesso contínuo, e as influências das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação):

O termo cultura digital se consolida como conceito na sociedade na qual a tecnologia não é compreendida apenas como um conjunto de técnicas aplicadas a um determinado objeto, como se fosse exclusivamente uma espécie de *modus operandi*. Na sociedade atual, a tecnologia se transforma em *modus vivendi*, ou seja, numa força produtiva cujo espírito se dissemina de modo imanente não só na produção dos objetos, como também nas próprias relações humanas. Essa forma tecnológica de viver torna-se possível em decorrência do atual estágio de

desenvolvimento das forças produtivas, as quais possibilitam a intermedialidade, ou seja, a convergência de várias mídias num só aparelho, e a portabilidade, na medida em que um aparelho de celular, que pode ser carregado no bolso da calça, converge funções relativas à televisão, ao computador e até à telefonia (FANTIN; RIVOLETA, apud ZUIN, 2015, p. 757).

O que torna possível essa maior integração entre as tecnologias de comunicação e informação e as relações humanas é a maior “disseminação” (acessibilidade) e portabilidade dessas tecnologias, como é o caso de celulares com acesso à internet. A fácil portabilidade desses aparelhos é o que permite a extensão das tecnologias de acesso para todos os espaços, a capacidade de se utilizar essa tecnologia no espaço público a partir de dispositivos móveis, que geram a intromissão das vias virtuais na vida cotidiana (SANTAELLA, 2010). Sendo isso que define o conceito de tecnologias de acesso contínuo para Santaella, é relevante apontar também que, para a autora, a tecnologia de acesso contínuo é responsável por uma mudança profunda nas relações do ensino com a tecnologia, por possibilitar uma aprendizagem ubíqua¹, onipresente, constante, ao ponto de nem sempre estarmos conscientes de que estamos em um processo de aprendizagem, como resultado do acesso contínuo ao ciberespaço, a informações, “ambientes virtuais” que nos proporcionam diversos meios de aprendizado formais, não-formais e informais (SANTAELLA, 2010, p. 20).

No entanto, essa facilidade de acesso a informações e ao conhecimento científico sem uma análise crítica leva a um processo de bricolagem²

1 Santaella define a aprendizagem ubíqua da seguinte maneira: “Processos de aprendizagem abertos significam processos espontâneos, assistemáticos e mesmo caóticos, atualizados ao sabor das circunstâncias e de curiosidades contingentes e que são possíveis porque o acesso à informação é livre e contínuo, a qualquer hora do dia e da noite. Por meio dos dispositivos móveis, à continuidade do tempo se soma a continuidade do espaço: a informação é acessível de qualquer lugar. É para essa direção que aponta a evolução dos dispositivos móveis, atestada pelos celulares multifuncionais de última geração, a saber: tornar absolutamente ubíquos e pervasivos o acesso à informação, a comunicação e a aquisição de conhecimento” (SANTAELLA, 2010, p. 19).

2 Ao discutir o conceito de bricolagem em um contexto da educação na era da cultura digital, Zuin a define como: “A bricolagem é definida como o ajuntamento de várias informações que são dispostas entre si, sem que necessariamente se relacionem. Outrossim, para que tal relação ocorra, a ponto de fazer com que o autor dialogue com o próprio texto, é preciso que esse mesmo autor reflita sobre o modo como as informações são relacionadas, no processo de produção de novos conceitos”. (ZUIN, 2015, p. 763)

do conhecimento pelos alunos, de acúmulo e justaposição dos conhecimentos sobre um mesmo tema (ZUIN, 2015) sem uma análise e reflexão crítica, vai na direção contrária da perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, que propõe a emancipação do aluno proporcionando habilidades de análise crítica do real (GASPARIN; PETENUCCI, 2009).

Esse desafio gerado por essa profunda integração da tecnologia no cotidiano e na educação também chama a atenção de Meirinhos (2015), principalmente em relação à sobrecarga de informações sobre qualquer tema que pode ser acessada a qualquer momento, considerando que os alunos não são preparados nem instruídos para lidar com essas informações de maneira crítica (MEIRINHOS, 2015). Isso leva o autor a compreender que não basta educar com a tecnologia, mas que se deve educar para o uso desses meios, de maneira a desenvolver as habilidades dos alunos de “dissecar”, avaliar e ponderar sobre essas informações, fazendo com que, assim, eles desenvolvam uma competência crítica.

Não basta educar com, é necessário educar para os meios. Com a utilização menos consciente das tecnologias o aluno prejudica-se a si mesmo, uma vez que, deixa de desenvolver competências de escrita e a capacidade de fazer análises e sínteses, necessárias para o pensamento lógico e estruturado. A capacidade de ler, analisar e sintetizar ideias de vários autores para depois articular esses conteúdos num novo texto próprio, é uma capacidade importante para o desenvolvimento da competência crítica e deveria ser valorizada no meio escolar (MEIRINHOS, 2015, p. 127).

Hobbs (2010) também ressalta a necessidade de superar a compreensão da tecnologia como apenas uma ferramenta que necessita da habilidade de usá-la, pois compreende que, para além do uso técnico de equipamentos tecnológicos, é necessário adquirir a capacidade de pensar criticamente sobre os meios de comunicação em massa, cultura popular e mídias digitais. Considerando isso, Hobbs (2010) ressalta o mesmo ponto apresentado por Meirinhos (2015), de que é necessário uma educação para a tecnologia, que vá além do uso técnico dos aparelhos eletrônicos, e que tenha como foco a reflexão crítica sobre os impactos dos artefatos digitais em nossa sociedade. Considerando isso, esta discussão irá levar em conta a perspectiva de Selwyn (2011) em relação aos três aspectos em que a tecnologia se enquadra: como artefatos e aparelhos - o objeto em si; atividades e práticas promovidas por meio desses aparelhos; e os

contextos que a tecnologia proporciona, desde redes sociais até as culturas digitais e instituições que englobam o uso da tecnologia.

Por fim, essa reflexão sobre a necessidade de se pensar na educação para a tecnologia, de maneira a garantir a literacia digital como uma habilidade fundamental para os alunos, leva em consideração que inovações tecnológicas moldam a organização social. Essas tecnologias digitais são estruturadoras das relações espaço-temporais e afetam a forma como agimos e compreendemos o real (SANTAELLA, 2010). O que nos leva às proposições de Santaella (2010) sobre o futuro da educação nesse contexto, e sobre como lidar com essas diferentes formas de aprendizado da atualidade, levando em consideração sua afirmação de que “nenhuma tecnologia da linguagem e da comunicação borra ou elimina as tecnologias anteriores” (SANTAELLA, 2010, p. 18), elas apenas alteram as funções e remanejamos os espaços que essas tecnologias anteriores ocupam.

Portanto, compreendendo que os métodos educativos que agregam novas tecnologias não eliminarão os métodos anteriores, ou como a autora cita: “evita-se a ideia de que formas emergentes de aprendizagem e novos modelos educacionais tenham que necessariamente apagar as formas e modelos precedentes” (SANTAELLA, 2010, p. 21), é possível compreender que esses novos meios de ensino e aprendizagem possibilitam uma convergência de métodos, ou seja, não apenas somam os meios novos aos antigos, mas criam uma possibilidade de se dialogar e acessar o conhecimento de diferentes formas, tornando o processo de aprendizagem muito mais complexo (SANTAELLA, 2010).

3. OS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA NA ERA DIGITAL

É relevante ressaltar que há um debate sobre o que é a Sociologia digital, se ela seria uma área específica da Sociologia, que se dedica a estudar o mundo digital, ou se toda a Sociologia deve englobar o digital sem a necessidade de uma área própria. Para este estudo, será considerado que o digital ocupa a posição de “fato social total” (NASCIMENTO, 2020, p. 29), pois nada está alheio ao digital, e conseqüentemente, a Sociologia deve abordar o digital, por ser parte integrante e fundamental do cotidiano, que altera e vem alterando as relações sociais.

As tecnologias digitais passaram a compor uma parte fundamental da vida em sociedade. Os computadores pessoais (*desktops*), os *smartphones*, os *tablets* e *laptops* exercem diversas funções vinculadas ao trabalho, ao lazer

e ao relacionamento entre os indivíduos. A massiva utilização de redes sociais digitais e de ferramentas de buscas sugerem que o modo como nos relacionamos e buscamos informação foi, desde o aparecimento da rede mundial de computadores (*world wide web*), completamente alterado. Se nos séculos XVIII e XIX a revolução industrial alterou o panorama e o funcionamento das sociedades, nos dias atuais é a “revolução digital” que estaria modificando os diversos aspectos da vida em comum (NASCIMENTO, 2020, p. 10).

Considerando isso, fica claro que a Sociologia digital, ou a Sociologia que abarca o mundo digital, não se resume ao estudo da “cultura online”, ou apenas objetos que resultam da tecnologia como redes sociais, o digital vai se referir aos diversos aspectos sociais afetados por essas condições (NASCIMENTO, 2020), que não se resumem apenas a pessoas com acesso ou que estão em contato com essas tecnologias, pois como Lupton (2015) aponta, mesmo indivíduos que não utilizam esses aparelhos estão em contato com aqueles que utilizam, o que na concepção da autora na verdade destaca ainda mais a digitalização da vida.

Esse processo aparenta estar reconfigurando muitos dos processos e práticas sociais, o que não significa que as práticas pré-digitais estão sendo “extintas”, pois como já foi observado, novas tecnologias não apagam as antigas (SANTAELLA, 2010). Mas o que se observa, segundo Selwyn (2011), é o surgimento de algumas atividades digitais que se baseiam e de certa maneira “atualizam” atividades pré-digitais, num processo de digitalização da vida.

Segundo Lupton (2015), essa digitalização da vida torna necessário que todo e qualquer estudo sociológico torne esse tema uma de suas centralidades, pois, se a vida é digital, conseqüentemente toda pesquisa e ensino de Sociologia está conectado ao digital. Considerando isso, podemos colocar em diálogo com um dos questionamentos feitos por Nascimento (2020), sobre como os temas tradicionais da Sociologia são afetados por isso e se os conceitos clássicos da Sociologia estão aptos a lidar com o mundo digital.

Nascimento (2020), não irá determinar uma resposta exata em seu livro, no entanto, essas considerações sobre a maneira que a digitalização da vida afeta a Sociologia e o questionamento sobre a capacidade dos conceitos clássicos de lidar com um contexto profundamente diferente irão guiar o próximo capítulo. Pois, se o que se propõe neste artigo é uma discussão sobre uma educação emancipadora, para isso é necessário uma

educação que objetiva desenvolver as habilidades de análise e reflexão crítica do real, e se o digital é parte estruturante da realidade é necessário que os alunos consigam refletir e analisar o digital de maneira crítica.

4. ENSINO DE SOCIOLOGIA

Para discutir um ensino de Sociologia que propõe a emancipação como um de seus objetivos, irei fazer uma breve revisão sobre alguns autores da Pedagogia Histórico-Crítica, e autores que discutem sobre o ensino de Sociologia, para em seguida dialogar com outros autores que discutem a educação neste contexto de tecnologia digital.

A Pedagogia Histórico-Crítica, segundo Gasparin e Petenucci (2009, p. 4), se fundamenta como histórica “porque nesta perspectiva a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua transformação”. E crítica: “por ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação” (GASPARIN; PETENUCCI, 2009, p. 4). É pautada no materialismo histórico-dialético de Marx, “ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana” (SAVIANI, 2011, p. 76), portanto, busca promover um ensino que possui como principal pauta a possibilidade de analisar o empírico de maneira crítica, aplicando a teoria para, assim, atingir o concreto pensado, desenvolvendo um processo de aplicação da práxis, além de se pautar em uma compreensão dos indivíduos como sujeitos históricos (GASPARIN, PETTENUCCI, 2009).

Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica é uma pedagogia que busca auxiliar estudantes a compreender e refletir sobre sua própria realidade e a realidade alheia. Neste mesmo sentido, se enquadra o papel do ensino de Sociologia (LAHIRE, 2014), que tem como objetivo transformar estudantes em agentes ativos capazes de analisar o real de maneira crítica, aplicando a teoria para se chegar no concreto pensado, que viabiliza a aplicação do conhecimento teórico na prática (GASPARIN; PETENUCCI, 2009). Uma compreensão de que o ensino de Sociologia não deve se atentar a um conhecimento “enciclopédico”, puramente formal e teórico, mas sim a capacitação de compreensão da realidade material.

Como já foi dito, o objetivo de um ensino precoce da Sociologia não deveria ser essencialmente aquele de difundir um conhecimento de natureza enciclopédica. Não se trata, a meu ver, de ensinar “teorias”, “métodos” ou “autores”, mas de transmitir hábitos intelectuais

fundamentalmente ligados a essas disciplinas. Como transmitir tais hábitos intelectuais à escola primária senão pelo estudo de “caso”, de “exemplos” visíveis de diferenças culturais (e.g. comparar as diferenças alimentares de uma sociedade a outra, relacionando essas diferenças às condições de existência das populações, ao clima, ao tipo de agricultura, etc.), assim como pela participação ativa dos alunos nas verdadeiras investigações empíricas. Do mesmo modo que os alunos adquirem o hábito de fazer quotidianamente o levantamento de temperatura para objetivar e tomar assim consciência dos fenômenos meteorológicos, eles poderiam ser treinados para a observação e para a objetivação do mundo social (LAHIRE, 2014, p. 55).

Lahire (2014) fundamenta sua compreensão sobre o ensino de Sociologia como um meio de capacitação dos alunos para analisar o real de maneira crítica a partir de sua compreensão da própria função da Sociologia, pois entende essa área de estudo como um meio de produzir uma compreensão racional do mundo que nos cerca, da realidade social, de modo a questionar e compreender o que legitima e o que “sustenta” as relações de poder do mundo social. Ao ponto de que, como Lahire (2014) indica, nota-se um receio de que o ensino de Sociologia possua uma carga ideológica. Devido a isso, a Sociologia deve ser ensinada de maneira a capacitar os estudantes a decifrar e analisar sua realidade social, provendo um ferramental que dê a possibilidade de uma compreensão racional das relações sociais.

Para além de Lahire (2014), as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) também apontam a Sociologia como uma disciplina que promove o questionamento das estruturas de poder, e da organização social, tendo como uma de suas principais características instigar o processo de estranhamento dos fenômenos sociais, ou como é apontado nessas orientações: “um papel central que o pensamento sociológico realiza é a *desnaturalização* das concepções ou explicações dos fenômenos sociais” (BRASIL, 2006, p. 105). O autor também irá associar essa característica com a presença da disciplina de Sociologia no Brasil em períodos com regimes de democracia representativa, e sua ausência em regimes autoritários ditatoriais.

Segundo as orientações curriculares do ensino médio (BRASIL, 2006), a Sociologia justifica a necessidade de sua presença no currículo escolar por compreender que a disciplina desempenha um importante papel na formação e preparação dos alunos para exercerem sua cidadania. Mesmo

que não seja a única disciplina que promova essa formação, a Sociologia é uma disciplina que irá tratar de temas diretamente ligadas ao exercício da cidadania, ao abordar questões políticas, culturais e sociais, de maneira crítica e reflexiva, promovendo uma compreensão racional dos fenômenos sociais.

Tomando como referência essa necessidade do ensino de Sociologia, de viabilizar aos alunos condições de transformar o conhecimento sociológico em ferramentas de análise crítica do mundo social, de aplicação do teórico no real, em um contexto de “superabundância de informação para qualquer tema escolar”, com pais e professores analógicos, e crianças digitais (MEIRINHOS, 2015, p. 126), que apresenta um desafio para a educação de ensinar como lidar com esse “‘mar’ de informação” (MEIRINHOS, 2015, p. 126). Meirinhos compreende que os alunos devem adquirir e desenvolver uma literacia digital, e afirma que é necessário que se eduque considerando uma realidade em que a tecnologia é parte integral.

Portanto, para estabelecer um diálogo mais profundo e mais claro entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a literacia digital no ensino de Sociologia, é fundamental que se discuta o contexto de cultura digital dentro das escolas, e como essa realidade afeta tanto a educação quanto os estudantes e a sua relação com o professor e suas aulas. Pois, como já foi argumentado, o digital é parte estruturante do real (SANTAELLA, 2010), portanto, ao compreender que a Sociologia deve possibilitar que os sujeitos analisem e reflitam sobre o real de maneira crítica, é necessário que seja desenvolvido tanto uma “competência digital”, para possibilitar o acesso a esses ambientes de maneira autônoma, como uma capacidade de análise crítica sobre o digital, habilidades que compõe a literacia digital.

Assim sendo, é fundamental a compreensão de que há a necessidade do ensino de Sociologia abarcar as consequências e particularidades da cultura digital, mas de maneira em que essas discussões não sejam um fim, mas sim um meio de estabelecer uma discussão sobre um ensino de Sociologia que esteja em contato com a realidade de maneira constante, que se adapte a esse contexto de superabundância de informações, e que leve em consideração os impactos que as próprias teorias sociológicas clássicas sofrem com essas alterações, levando em consideração um questionamento levantado por Nascimento (2020, p. 12) se “estariam os tradicionais temas da Sociologia sendo afetados por estas tecnologias? Se sim, de que maneira?”. Mantendo assim, a proposição de uma educação

que promove a análise e reflexão crítica do real, para que seja de fato emancipadora.

No entanto, outro desafio que se apresenta para a promoção de um ensino de Sociologia que promova a literacia digital é a baixa competência digital entre professores, pois como Hobbs (2010) destaca, para a promoção da literacia digital é necessário que as escolas não apenas invistam em adquirir equipamentos digitais, mas que também proporcionem a capacitação necessária para que os professores ensinem para e sobre a tecnologia, e não somente com artefatos tecnológicos. É preciso compreender que não basta apenas trocar “papel e caneta” por computadores, como aponta Hobbs (2010), mas que se deve superar um ensino focado apenas em desenvolver habilidades de manejar os aparatos tecnológicos, e se objective atingir um ensino que promova habilidades que permitam analisar este contexto de forma crítica, sendo necessário que os próprios professores tenham essa compreensão.

educadores não devem apenas ensinar *com* tecnologias digitais, ferramentas ou jogos. Para desenvolver competências literárias digitais e midiáticas é necessário ensinar *sobre* mídia e tecnologia, fazendo o uso ativo de práticas do diálogo e questionamentos socráticos para promover o pensamento crítico sobre as escolhas que os indivíduos fazem quando estão consumindo, criando e compartilhando mensagens (HOBBS, 2010, p. 27).³

Segundo Alves (2014), é de fundamental importância que os professores aprendam “a manipular a tecnologia e orientar os alunos a manipularem para que ambos não sejam manipulados por ela” (ALVES, 2014, p. 5-6). Assim sendo, os professores devem ocupar uma posição de “vanguarda” na promoção da literacia digital, considerando que “a formação dos professores nas competências da literacia mediática⁴ é crucial para que os jovens também desenvolvem essas competências” (ALVES, 2014, p. 7). O que permite compreender quão essencial é a capacitação digital dos educadores para que esses estejam capacitados a promover

3 Tradução de: “educators must not just teach *with* digital technologies, tools or games. To develop digital and media literacy competencies it is necessary to teach *about* media and technology, making active use of the practices of dialogue and Socratic questioning to promote critical thinking about the choices people make when consuming, creating and sharing messages” (HOBBS, 2010, p. 27).

4 Neste contexto, literacia mediática tem o mesmo significado de literacia digital.

um ensino que possibilite os estudantes a atingirem a autonomia crítica, que tenham um ferramental adequado para analisar e refletir sobre o real.

5. O ENSINO DA LITERACIA DIGITAL COMO PRÁTICA EMANCIPADORA

Neste tópico, será promovida uma discussão que aborda os conceitos de emancipação humana, e educação emancipadora com base na teoria de Saviani (2017a, 2017b), que compreende a escola como um instrumento de construção da democracia, que prepara os indivíduos para o exercício da cidadania, formando indivíduos autônomos, capazes de iniciativa, de compreender e analisar o contexto social em que estão inseridos para tomar decisões, e interferir na vida social de maneira ativa.

Portanto, ao partir dessa concepção de que a escola deve desempenhar o papel de formar indivíduos capazes de exercer sua cidadania, é relevante levantar as discussões de Selwyn (2011), que aponta a necessidade de um ensino que promova o desenvolvimento de habilidades para utilizar as tecnologias digitais, uma literacia digital de fato, que como o autor (SELWYN, 2011) as define, são “habilidades vitais” essenciais para que seja possível exercer a cidadania e para uma adequação a uma sociedade da informação (SELWYN, 2011). Podendo assim, promover o que Hobbs (2010) define como “cidadania digital”, que seria a capacidade de distinguir e avaliar as informações que entramos em contato por meio das tecnologias de informação e comunicação, e a partir dessa análise crítica tomar decisões e se posicionar em relação a essas informações.

Em um contexto em que “a vida é digital” (LUPTON, 2015), o exercício da cidadania digital pode se caracterizar como um componente fundamental para promover o que Saviani (2017a, 2017b) entende por emancipação humana, garantindo que não se atenha apenas à emancipação política, que como Saviani (2017a, 2017b) define, seria a possibilidade de participação política, porém de forma em que não há um exercício pleno da cidadania. Isso se dá pois, como Martens e Hobbs (2015) definem, a literacia digital engloba as habilidades de analisar as informações com que nos deparamos no “mundo digital” de maneira crítica, e como os autores também destacam, a literacia digital proporciona o desenvolvimento de habilidades para a participação na sociedade civil e na vida política, ao possibilitar que os indivíduos sejam capacitados a buscar e

averiguar informações relevantes promovendo uma reflexão crítica sobre o assunto.

Portanto, como Frau-Meigs (2012) argumenta, a literacia digital não se atém apenas ao nível tecnológico e ao conhecimento sobre o uso dos artefatos tecnológicos, mas traduz esse conhecimento, essas habilidades, em usos sociais significativos. A literacia digital transcende o uso de tecnologias digitais como meras ferramentas, tem como objetivo garantir a autonomia dos estudantes, capacitando-os a lidar com as informações “cruas” e analisá-las de maneira crítica (FRAU-MEIGS, 2013). Essas habilidades, como Frau-Meigs (2013) aponta, podem ser associadas à “verdadeira liberdade” e a uma participação de fato na vida em comunidade. Com base nesses apontamentos, este artigo defende a necessidade da literacia digital para o exercício da cidadania (FRAU-MEIGS et al., 2019), e consequentemente para a promoção da emancipação humana.

Isso se dá pois a necessidade de participar do mundo digital é imensurável, como já foi citado previamente, o digital é, segundo Nascimento (2020, p. 29), um “fato social total”, pois influencia todos os aspectos da vida social, logo para que possamos analisar e refletir sobre o real de maneira crítica, atingir a emancipação humana, em um contexto em que o digital é parte estruturante do real, é necessário possuir a capacidade de analisar e refletir sobre o digital e o “‘mar’ de informação” (MEIRINHOS, 2015, p. 126), que o digital nos fornece, o que só é possível por meio da literacia digital (HOBBS, 2010).

Como Hobbs (2010) aponta, devido a uma baixa literacia digital, a população, de maneira geral, demonstra dificuldades ao diferenciar informações verdadeiras e informações falsas, pois a internet ofusca as “linhas” entre “informação e persuasão”, produzindo um “déficit de contexto”. Em uma realidade em que a maioria dos indivíduos possui uma baixa competência digital, tendo dificuldades em pesquisar e averiguar informações, percebe-se uma profunda dificuldade em lidar com esse excesso de informações, como aponta Hobbs (2010). Além disso, a autora destaca outro agravante que resulta da falta de uma “competência digital” generalizada, pois esses indivíduos, ao não encontrarem as informações que buscavam, passam a utilizar as informações que “os encontram”, criando uma situação de passividade ao invés de promover a autonomia desses sujeitos. Essa situação solidifica, portanto, o argumento apresentado por Hobbs (2010) sobre a necessidade da “alfabetização digital” - em um contexto que também é digital - para a promoção da cidadania.

Dessa forma, ao considerar essa relação entre uma educação emancipadora e a necessidade da literacia digital, é possível afirmar que há um diálogo entre esses temas com as proposições de Lahire (2014) sobre a função do ensino de Sociologia, pois como ele destaca, a disciplina deve atuar na capacitação dos estudantes em decifrar sua realidade social e promover o pensamento crítico. Nesse mesmo sentido, Gasparin e Petenucci (2009) ressaltam a necessidade da reflexão sobre a própria realidade social na construção do conhecimento e no agenciamento dos indivíduos enquanto seres históricos, afirmando que “é a existência social dos homens que gera o conhecimento, pois este resulta do trabalho humano, no processo histórico de transformação do mundo e da sociedade, através da reflexão sobre esse processo” (GASPARIN; PETENNUCCI, 2009, p. 9).

Por fim, ao considerar os apontamentos de Saviani (2017a) de que a superação da emancipação política para atingir à emancipação humana, não ocorreria de maneira espontânea, mas somente por meio da ação humana, pois “sua efetivação depende da intervenção prática dos homens direcionada ao atingimento dessa finalidade, pois são os homens que fazem a história” (p. 656). Uma educação emancipadora, que busca promover essa superação para a emancipação humana, empenhando-se em atingir a democracia real, deve atuar de maneira a capacitar os indivíduos a analisar e refletir sobre o real de maneira crítica, considerando esses preceitos em um contexto de cultura digital, em que o digital é parte estruturante da realidade, e não se limita apenas a artefatos e aparatos, mas atuam como meios de comunicação, e produzem contextos sociais. Dessa maneira, a literacia digital - que é compreendida como a habilidade de refletir sobre e analisar criticamente o contexto digital e as informações que encontramos neste ambiente - é fundamental para uma educação que objetiva a emancipação humana, pois garante que os sujeitos atuem nestes contextos de maneira autônoma.

Considerando a literacia digital como um instrumento essencial para a emancipação humana, como foi discutido anteriormente, e como uma habilidade determinante para o exercício da cidadania (HOBBS, 2010)⁵, sua relação com as funções da Sociologia que foram apresentadas neste

5 Hobbs (2010) aponta que para o exercício da cidadania em um contexto digital, é necessário compreender os eventos globais e locais para se tomar decisões e posicionamentos, e para isso é fundamental que se possua a capacidade de distinguir e avaliar as informações e as fontes de informação.

texto ficam evidentes, pois, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) apontam, é função do ensino de Sociologia nas escolas formar e preparar os estudantes para o exercício da cidadania, e também promover a reflexão e pensamento crítico sobre o real, como aponta Lahire (2014). Sendo assim, este trabalho propõe que o ensino de Sociologia abarque a literacia digital, por compreender que essa habilidade contempla os propósitos dessa disciplina, e por ser indispensável para uma educação que propõe a emancipação humana, e a autonomia dos estudantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou proporcionar um diálogo teórico entre autores que discutem a literacia digital e autores da pedagogia histórico-crítica, com o intuito de construir uma argumentação que defenda a necessidade da literacia digital para uma educação emancipadora. Para fundamentar e contextualizar os argumentos, foi feita uma breve síntese sobre algumas discussões que abrangem os impactos da tecnologia e do mundo digital na educação e na Sociologia, para que fosse possível dar início a essa discussão de maneira a fundamentar teoricamente alguns conceitos e contextos discutidos.

As discussões promovidas sobre os impactos das tecnologias digitais na educação foram pautadas principalmente nas produções teóricas de Santaella (2010, 2013), Selwyn (2011), Zuin (2015) e Meirinhos (2015), dialogando também com Hobbs (2010), pois, além da autora também debater este tema, possibilita uma arguição que aborde a função da literacia digital neste contexto. Da mesma forma, as discussões abordando os impactos da cultura digital na Sociologia tiveram como principais referências teóricas Nascimento (2020) e Lupton (2015), produzindo um breve diálogo com Selwyn (2011) e Santaella (2010, 2013). Estes dois “tópicos”, discutidos no início do artigo, proporcionam uma abordagem inicial ao tema proposto, ao fundamentar teoricamente e buscar discussões que abordem os impactos das tecnologias digitais na educação e na Sociologia, para a partir disso discutir os impactos da cultura digital no ensino de Sociologia especificamente, com o intuito de desenvolver este estudo de maneira a abranger, mesmo que brevemente, os desafios que estas áreas se deparam com o avanço das tecnologias digitais.

A abordagem inicial sobre o ensino de Sociologia neste artigo se pauta na concepção de Saviani (2011, 2017a, 2017b) sobre uma educação

que objetiva a emancipação humana, construída com apoio das proposições da pedagogia histórico-crítica. Além disso, este estudo também aborda as perspectivas apresentadas por Gasparin e Petenucci (2009) sobre a pedagogia histórico-crítica, e faz uma aproximação desta temática com o ensino de Sociologia por meio da argumentação de Lahire (2014) e das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) sobre a função da Sociologia nas escolas na formação e preparação dos estudantes para exercer a cidadania, e promover o pensamento crítico sobre o mundo social.

A discussão sobre os impactos das tecnologias digitais na educação e na vida social são retomadas dando início a um diálogo teórico sobre as questões apresentadas em relação ao ensino de Sociologia e sua função, com os desafios que estes impactos proporcionam, transpondo um questionamento apresentado por Nascimento (2020) sobre como o digital afeta a Sociologia, principalmente seus temas mais tradicionais. Esses apontamentos possibilitam destacar a necessidade de que a Sociologia aborde a cultura digital, para que, dessa forma, promova o pensamento crítico e a formação de cidadãos de acordo com o contexto que estão inseridos, por meio de uma reflexão sobre a realidade social, que é inevitavelmente impactada pelo digital.

Em sequência, o artigo trata de possíveis empecilhos para um ensino de Sociologia que propicie o pensamento crítico abordando o contexto em que os alunos estão inseridos, e conseqüentemente promova a literacia digital, pois, como foi observado por Hobbs (2010), a efetivação de um ensino que se dedique ao “letramento digital” dos alunos necessita de professores que possuem essas habilidades. Sendo assim, a autora enfatiza a necessidade de que uma educação para o mundo digital exige não apenas escolas que disponham dos aparatos tecnológicos, mas de professores que tenham a competência digital para utilizar esses meios, e sejam letrados digitalmente para ensinar sobre o digital, e não apenas para o digital, pois, como apontado, a partir das discussões apresentadas por Alves (2014), é essencial que os educadores estejam capacitados a utilizar e refletir sobre estas tecnologias para que possam educar sobre elas.

Assim sendo, a literacia digital ocupa uma posição central neste artigo, e a discussão deste conceito é baseada principalmente nas argumentações de Hobbs (2010) e Frau-Meigs (2012, 2013), sendo complementada por diversos outros autores que compõem a base teórica utilizada aqui. A abordagem deste conceito foi feita de maneira a apresentá-la como

um instrumento valioso para um ensino emancipador. No entanto, é necessário ressaltar que diversas propostas de implementação e algumas reflexões propostas pelos autores que discutem este tema foram ou desconsideradas, ou analisadas de maneira bastante cautelosa, por conta do contexto em que estão inseridos, pois os autores se baseiam majoritariamente nos contextos europeu e norte-americano, o que torna algumas proposições e comentários descontextualizados, ou, ao menos, carentes de estudos e pesquisas no contexto brasileiro.

Considerando isso, este artigo constrói um argumento que defende a promoção da literacia digital no ensino de Sociologia, por entender que essa habilidade (literacia digital) é uma ferramenta fundamental para a reflexão e análise crítica do real e para o exercício da cidadania – que é exatamente a função do ensino de Sociologia, segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) e Lahire (2014), e está de acordo com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica de promover a análise crítica do real atingindo o concreto pensado (GASPARIN, 2009). Apontando, assim, uma relação entre a função da Sociologia e as capacidades proporcionadas pela literacia digital.

Por fim, o que é produzido aqui, de maneira breve, é uma interlocução teórica entre autores de diversas áreas, trazendo debates sobre a literacia digital, a Sociologia digital, e sobre os desafios da educação na era digital, e colocando-os em contato com teorias que discutem o ensino de Sociologia, perpassando pela pedagogia histórico-crítica. De maneira a formular uma defesa, ou ao menos argumentar em favor da promoção da literacia digital no ensino de Sociologia.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. J. Literacia Digital de Professores: Competências e Habilidades para o uso das TDICs na Docência. *In*: ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 17, 2014, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Editora UECE, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/endipec2014/ebooks/livro1/314-%20LITERACIA%20DIGITAL%20DE%20PROFESSORES%20COMPET%3%8ANCIAS%20E%20HABILIDADES%20PARA%20O%20USO%20DAS%20TDIC%20NA%20DOC%3%8ANCIA.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias. Volume 3. Brasília: Ministério da Educação. 2006.

CARVALHO JUNIOR, J. M. Por uma cultura digital participativa. *In:* SAVAZONI, R., & COHN, S. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2009. p. 9-11.

FRAU-MEIGS, D. Transliteracy as the new research horizon for media and information literacy. *Media Studies*, v. 3, n. 6, p. 14-27, 2012.

FRAU-MEIGS, D. Transliteracy: Sense-making Mechanisms for Establishing E-presence. *In:* CARLSSON, U., & CULVER, S. H. Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue. Gotemburgo: University of Gothenburg, 2013. p 175-189.

FRAU-MEIGS, D., et. al. Digital Citizenship: analysing definitions, actors and frameworks. *In:* FRAU-MEIGS, D., et. al. Digital Citizenship Education: Overview and new perspectives. Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2019. p. 13-23.

FRAU-MEIGS, D., et. al. Introduction. *In:* FRAU-MEIGS, D., et. al. Digital Citizenship Education: Overview and new perspectives. Estrasburgo: Council of Europe Publishing, 2019. p. 11-12.

GASPARIN, J. L., & PETENUCCI, M. C. Pedagogia Histórico-Crítica: da Teoria à Prática no Contexto Escolar. Portal Dia a Dia Educação, p. 1-16, 2009.

HOBBS, R. Digital and Media Literacy: A Plan of Action. 1.ed. Washington: The Aspen Institute, 2010.

LAHIRE, B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 45, n. 1, jan-jun 2014, p. 45-61.

LUPTON, D. Digital Sociology. 1.ed. Nova Iorque: Routledge, 2015. *Atlantic Journal of Communication*.

MARTENS, H. HOBBS, R. How Media Literacy Supports Civic Engagement in a Digital Age. v. 23, 2015, p. 120-137.

MEIRINHOS, M. Os desafios educativos da geração Net. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, n. 13, p. 125129, 2015. OECD.

Students, Computers and Learning: Making the Connection. Paris: OECD, 2015.

NASCIMENTO, F. L. Sociologia Digital: Uma Breve Introdução. 1.ed. Salvador: Edufba, 2020.

SANTAELLA, L. Aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP, v. 2, n. 1, 2010.

SANTAELLA, L. Desafios da ubiquidade para a educação. Revista Ensino Superior, Campinas, UNICAMP, 4 abr. 2013. Especial: As novas mídias e o ensino superior.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 653-662, dez. 2017a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300653&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 26 out. 2020.

SAVIANI, D. Educação, práxis e emancipação humana. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, Campinas, UNICAMP, n. 2, jul. 2017b, p. 5-20.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SELWYN, N. *Education and Technology: Key Issues and Debates*. Nova Iorque: Continuum, 2011.

SOARES ZUIN, A. A. A autoridade pedagógica em tempos de cultura digital. *Educação e Filosofia*, v. 29, n. 58, p. 745-769, jul/dez 2015.